



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006838-68.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Inventário - Levantamento de Valor**
 Requerente: **Eliane Paes de Camargo**
 Requerido: **Graciela Copaioli Romero**

Juiz de Direito: Dr. **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

Trata-se de procedimento de inventário, cuja partilha foi apresentada às fls. 91.

O valor existente em nome da falecida foi comprovado às fls. 67/70.

Todas as determinações contidas na decisão de fls. 107, foram cumpridas.

O herdeiro Aparecido Romero Copaioli manifestou sua concordância com o plano de partilha de fls. 91, conforme fls. 129.

Estando os autos regulares, **HOMOLOGO**, por sentença, o plano de partilha de fls. 91, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Como as questões relativas à taxas e tributos não se submetem ao crivo judicial nestes atos, intime-se o Fisco Estadual para o lançamento administrativo do ITCMD, consoante o § 2º, do art. 662, c/c § 2º do art. 659, do NCPC.

Oficie-se ao Juízo da 4ª Vara Cível local, para que a quantia depositada em conta judicial vinculado aos autos da interdição nº 0024407-07.2012.8.26.0566, seja encaminhado à estes autos, ficando tal providência condicionada se não há nenhuma pendência ou impedimento legal. Após a transferência, bem como com a manifestação da Fazenda Estadual, defiro o levantamento da importância na proporção de 50% para cada herdeiro. Saliente-se que, caso a Fazenda Estadual manifeste contra o levantamento, os presentes autos deverão ser submetidos à conclusão.

Como a celebração de acordo é ato incompatível com a vontade de recorrer, nos termos do art. 1.000, do CPC, **fica anotado o trânsito em julgado nesta data**, dispensando-se o Cartório de lançar certidão.

Cumpridas as determinações, dê-se baixa dos autos no sistema e remeta-se ao arquivo.

P. I. C.

São Carlos, 04 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**